



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA (UNILAB)**

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)**

**BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

**ANILSA LIMA ALMEIDA**

**PROJETO DE PESQUISA**

**PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES NO PROCESSO DE  
RESISTÊNCIAS CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS: O CASO DA  
RAINHA OKINKA PAMPA**

**ACARAPE**

**2018**

ANILSA LIMA ALMEIDA

PROJETO DE PESQUISA

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES NO PROCESSO DE RESISTÊNCIAS  
CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS: O CASO DA RAINHA OKINKA PAMPA

Projeto apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, como requisito básico para conclusão do curso da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Artemisa Odila Candé Monteiro

**ACARAPE**

**2018**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
PROBLEMATIZAÇÃO.....	5
JUSTIFICATIVA.....	6
OBJETIVOS.....	8
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
METODOLOGIA .....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	19

## APRESENTAÇÃO

Este projeto de pesquisa objetiva-se a partir da discussão, a volta da questão dos movimentos de resistências e fase aos desafios e conjunturas que Guiné-Bissau atravessa e continua enfrentando desde os momentos das resistências e lutas contra opressões coloniais até a atualidade. Com isso, essa resistência não se resume só no âmbito colonial, mas sim no que diz respeito ao processo da instalação da democratização isto é, da luta pelos direitos de igualdade de gênero e participação na esfera política e sociocultural para o desenvolvimento sustentável.

Na historiografia da Guiné-Bissau, existem mulheres que se destacaram no processo de resistências anticolonial, na defesa cultural e na consolidação do estado nacional, mas que nunca foram reconhecidas pelo desempenho dos seus esforços e determinação na obtenção da independência e da soberania nacional.

Gostariamos de salientar que este processo de esquecimento ou do não reconhecimento das mulheres anônimas nos impulsionou a traçar balizas para resgatar a história da rainha dos bijagós “Okinka Pampa” e o povo Bijagó.

O arquipélago dos bijagós é composto por cerca 90 ilhas incluindo Bolama, uma das regiões da Guiné-Bissau, considerada a primeira capital do país na época colonial. A etnia bijagó não é a única que compõe a sociedade guineense como mostra (BENZINHO; ROSA 2015, p.16).

Existem entre 27 e 40 grupos étnicos. As etnias com maior expressão na Guiné-Bissau, segundo os censos de 2009, são: a Fula (28,5%), que vive essencialmente no leste do país Gabú e Bafatá, seguida da etnia Balanta (22,5% da população) que se encontra principalmente nas regiões sul (Catió) e norte (Oio), a Mandinga com 14,7%, no norte do país, a Papel com 9,1% e a Manjaca com 8,3%. Com expressão mais reduzida encontramos ainda as etnias Beafada (3,5%), Mancanha (3,1%), Bijagó (como o próprio nome indica vive no Arquipélago dos Bijagós e representa 2,15% da população total), Felupe com 1,7%, Mansoanca (1,4%) ou Balanta Mane com 1%. As etnias Nalu, Saracole e Sosso representam menos de 1% da população guineense e 2,2% assume não pertencer a qualquer etnia.

A sua distribuição geográfica tem razões históricas, mas também se relaciona intimamente com as atividades tradicionalmente praticadas por cada uma delas. Os Balantas, os Manjacos, os Mancanhas e os Papeis encontram-se predominantemente nas zonas costeiras e cultivam o arroz nas bolanhas. Os Papeis são os grandes produtores de caju, por excelência, uma das maiores fontes da economia nacional. Por sua vez os Fulas dedicam-se essencialmente ao comércio e à criação de animais. Os Bijagós são pescadores por excelência, já os Mandingas trabalham principalmente no comércio e na agricultura.

Interessa-nos, por outro lado, analisar o processo de resistências étnicas desencadeado contra a ocupação colonial na antiga Guiné dita Portuguesa, como também, enaltecer na história das resistências, a grande luta travada pelos bijagós contra os abusos e implantação do imposto de palhota.

Os excertos da autora Artemisa Odila Candé Monteiro (2013, p.107), elucidam como foram as configurações das resistências étnicas e como se desenharam no território da Guiné colonial. Segundo a autora,

(...) na Guiné-Bissau, as resistências tiveram características regionais e étnicas, devido à configuração social do país, sendo que cada grupo étnico pertence a uma região. É neste sentido que os processos de resistências são desencadeados de forma regional por cada grupo étnico. Todavia, a divisão não se limitava ao espaço geográfico, mas também às tradições culturais destas etnias, ou seja, às formas de organização social e cultural de cada sociedade. É nesse cenário de divisão do espaço geográfico e étnico que a primeira expedição portuguesa foi desencadeada, a partir de 1886, e findas em 1897, contra os Balantas, os biafadas e os oincas, caracteristicamente identificados como habitantes do litoral do país.

Neste âmbito, podemos destacar que as resistências contra o colonialismo português tiveram uma vasta gama de etnias que procuraram de alguma forma, resistir aos colonizadores nas suas terras. Buscando a consolidação de paz e tranquilidade na esfera política e cultural do país. É neste ensejo que somos impulsionadas a trazer a história da rainha dos bijagós, Okinka Pampa, mulher combativa que enfrentou à sua maneira os desmandos do regime colonialista e se fez reerguer a sua comunidade perante a resistência cultural.

A rainha Okinka Pampa manteve à frente do poder no arquipélago dos bijagós até o ano da sua morte, em 1923. Tratava-se de uma mulher venerada e respeitada em todo o arquipélago bijagó, e foi também destacada nas literaturas sobre resistências desencadeadas contra o processo colonial na Guiné.

Foram vários fatores que estiveram na base desse prestígio de Okinka Pampa, por ter sempre resistido à colonização dos portugueses e por ter concluído com estes um acordo de paz, considerado justo para o seu povo. E hoje, o seu túmulo foi transformado num museu, onde duas mulheres de meia-idade controlam a entrada no templo e o acesso à porta do túmulo é mediante a autorização especial (BENZINHO; ROSA, 2015).

Cabe nos enfatizar que cada uma dessas etnias tem mulheres que participam ativamente em todas essas atividades acima referidas. E por outro lado, vimos aquelas que são chefes da família, chefes de aldeias e viúvas que deram suas vidas tanto na participação política e cultural como também na resistência de qualquer tipo de opressão.

Nesse sentido, o projeto busca analisar e demonstrar a importância e contribuições das mulheres guineenses no processo da resistência contra ocupação colonial e na participação da luta de libertação nacional bem como a sua inserção estatal, dando assim um suporte aos desafios e desenvolvimento da sociedade mais igualitária.

Por outro lado, este trabalho visa fazer uma problematização a respeito de um discurso que interpreta as mulheres nas sociedades africanas como submissas. Para tal, a pesquisa tem como fonte obras produzidas por intelectuais africanos que buscaram decodificar questões das sociedades africanas, mais especificamente estudar a posição em que as mulheres estão inseridas na estrutura social de sociedades do continente. Também pretendemos criticar as ideologias construídas socialmente que tentam caracterizar as mulheres africanas como submissas donas de casas empregadas domésticas, frágeis, inferiores, entre outras, lembrando que essas ideologias são criadas pelos colonizadores, que criaram estereótipos na tentativa de inverter aquilo que é a “verdadeira” história das sociedades africanas que muitas das vezes se baseiam no poder matriarcal<sup>1</sup> e matrilinear.<sup>2</sup>

Ainda falando da Guiné-Bissau a respeito de problemática da inclusão social, direitos e igualdades de gênero, percebe-se que no âmbito sociopolítico, encontra-se cada vez menor percentual das mulheres guineenses. Com essa percepção, entende-se de que o baixo nível de escolaridade por parte delas está na base dos motivos que possam a ser elencados como fatores que contribuem para não inserção no processo sociopolítico do país do oeste africano. Entretanto, no âmbito do mercado informal, as mulheres ocupam posição de destaque e atuam firmemente na defesa da dignidade das suas famílias. Como, por exemplo, na agricultura, nas feiras como *bideiras* (vendedeiras), e no comércio em particular.

## **PROBLEMATIZAÇÃO**

A problematização do presente trabalho vem na busca de compreender porque as mulheres guineenses que destacaram na resistência contra ocupação colonial foram esquecidas.

---

<sup>1</sup> Matriarcado é um conceito para organização social em que a mulher-mãe tem uma posição dominante na família e na comunidade. Ex: direito político.

<sup>2</sup> Matrilinear é um sistema de filiação e de organização social no qual só a ascendência materna é levada em conta para a transmissão do nome, dos privilégios, da condição de pertencer a um clã ou a uma classe.

Relaciona-se o matriarcado com a matrilinearidade, aspecto que determina que a linhagem é transmitida por via materna: os filhos do casal "pertencem" à família do lado da mãe e o pai é colocado como uma figura secundária com relação aos irmãos da mãe na responsabilidade sobre a criança (SCHOLL, 2016).

Diante do exposto, apresentamos as seguintes questões que procuraremos responder durante a nossa pesquisa.

- Porque que a resistência e participação política e sociocultural das mulheres guineenses no período colonial foram relegadas a segundo plano?
- Porque não é reconhecida a história da rainha Okinka Pampa na historiografia da resistência do país?
- Será que o gênero é bem definido na sociedade guineense?
- Podemos ainda questionar sobre qual a percepção que as mulheres guineenses têm da própria participação política e se existe uma consciência política que as motive a lutar por uma melhor participação?

## JUSTIFICATIVA

Na base de tentar compreender a ideologia preconceituosa na tocante questão de gênero por parte da sociedade guineense, como sendo mulher, põe-me a questionar porque as atividades, os empenhos das mulheres guineenses não foram reconhecidos de forma qualificada.

O que chamou a minha atenção para pesquisar sobre esta temática é que no ponto de vista empírico, a sociedade guineense é composta por maior índice da atividade de mão de obra mantida pelas mulheres (cultivos, empreendedorismo), que leva à organização da sociedade e sustento da família. Sem esquecer a participação delas na política desde a era colonial, participando ativamente dos processos de resistências. Com isso levarei as histórias que narra cada etapa das mulheres guineenses, começando com a da Okinka Pampa na época colonial e suas resistências feitas com o seu povo contra os colonos.

A difícil tarefa de colocar-me enquanto mulher guineense e acadêmica é enfrentar as narrativas discursivas sobre a submissão feminina que perpassa a condição real das mulheres africanas. As mulheres africanas têm trajetórias diferentes e *sui generis*. A homogeneidade sobre o continente que permeia a sociedade brasileira fez com que o meu interesse sobre estudos de gêneros e mulherismos africano se fizessem cada vez mais presente.

Por isso, afirmo e reafirmo meramente que eu sempre procuro encontrar os meus direitos e deveres nesse lugar, como também as outras que estavam comigo em toda a minha infância, adolescência e hoje jovem.

Perante essa narrativa, percebe-se que a convivência que tive na minha infância, bem como na fase de adolescência, colocou-me a ser hoje uma estudante engajada nas discussões

que permeiam o gênero e outras temáticas na universidade. Então, não vejo necessidade desse discurso de que as mulheres bissau-guineense não lutem por seus direitos na sociedade, vejo isso como uma ignorância por parte da sociedade machista da mesma.

Já não bastam as regras da sociedade patriarcal que as mulheres e meninas guineenses têm que enfrentar diariamente e que as submetem às mais diversas formas de maus tratos e humilhações, desde mutilação genital, casamento forçado e outras formas de violação dos seus direitos como mulher, agora, também têm que enfrentar estes machos que dizem que são letrados de fora<sup>3</sup>, que formam discurso de que mulheres bissau-guineense não lutam pelos seus direitos. É um erro irreparável que coloca a mulher como uma coisa, ou ser incapaz de produzir os seus conhecimentos, que não tem potencial de fazer algo. Reparem que no nosso país as mulheres raramente são acusadas de corruptas na política ou de incompetentes por estes machos letrados.

Todos esses fatos me motivaram a escrever sobre participação das mulheres bissau-guineenses no processo político, cultural e de resistência contra o colonialismo português, para poder sensibilizar a sociedade em como relacionar os casos das mulheres ou como expressar algo que diz respeito a nós mulheres. Não é por acaso que quero relacionar sociedade feminina bissau-guineense com a sociedade mulherista da etnia bijagó, não pelo fato de eu ser bijagó, mas sim pela estruturação das duas.

Neste ensejo, entendemos que este trabalho é de fundamental relevância para a sociedade guineense e, mormente, sociedade bijagós no que concerne à sensibilização e dar novas roupagens que nos possibilitam a maior concepção sobre gênero na realidade social do país como um todo e demonstrar o significado desta enquanto uma discussão que merece ser levada na arena política bem como nas tomadas de decisões que afetam as mulheres.

A Guiné-Bissau tem passado por vários momentos difíceis da sua caminhada política, econômica e social, razão esta que possivelmente levou o país em diversos setores a tornar-se ineficaz, principalmente na matéria do gênero e demais outras questões que ainda é pouco discutido no país. Portanto, este trabalho é de grande importância, pois contribuirá na conscientização do segmento acadêmico de uma maneira mais ampla (formalizando outras discussões sobre o tema) e juvenil, principalmente estimulando os interesses na história do país.

---

<sup>3</sup> Jovens guineenses que estudou ou está a estudar fora da Guiné-Bissau.



## **OBJETIVOS**

**Geral:** Analisar a participação das mulheres guineenses no processo político, cultural e de resistências contra o colonialismo português.

**Específico:**

- Descrever a resistência do povo bijagó na era colonial, caso rainha Okinka Pampa.
- Demonstrar a área de atuação das mulheres guineenses desde era colonial até na atualidade.
- Analisar os motivos de não reconhecimento das mulheres guineenses no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.
- Compreender as participações das mulheres guineenses no processo de desenvolvimento do país.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **MULHERES AFRICANAS E O PROCESSO DAS RESISTÊNCIAS**

O conhecimento sobre África deve iniciar-se com a análise dos próprios conceitos utilizados para definir as realidades africanas, uma vez que esta relação foi construída a partir dos conceitos coloniais utilizados pelo discurso científico para denominar o mundo africano que começava a conhecer e com o qual começava a relacionar-se. Um desenvolvimento da história dos conceitos deve levar-nos a propôr novos conceitos criados a partir das realidades africanas. Estes conceitos devem estar carregados como uma arma que contém ideologias que vão servir de alicerce no processo de construção do conhecimento sobre África. Isso porque eles constituem ferramentas fundamentais no processo analítico de realidades concretas, situadas no tempo e no espaço. No entanto, é nessa mesma linha que devemos pensar a este propósito, na reflexão e revolução epistemológica dos conceitos proposta por colonizadores.

Para falarmos das mulheres africanas, temos que conhecer melhor o continente com estudos que nos permitiriam obter conteúdos necessários com melhores argumentos sobre as mulheres. Para (HOUTUNDJI, 2008), os estudos africanos permitem ter conhecimento da África e conhecimento de africanos, quando falamos de estudos africanos, normalmente estamos a referir-nos não apenas a uma disciplina, mas, a todas cujo objeto de estudo é África.

Entre elas, política africana, história africana, antropologia e sociologia africana, filosofia africana, e entre outras.

Certamente isso não nos permitirá fazer comparações inadequadas sobre sociedades africanas, principalmente a que diz respeito às mulheres. Não precisamos de ideologias, paradigmas eurocêntricos, ou melhor, dos colonizadores para caracterizar as sociedades africanas, mas pelo visto, ainda é isso que tem estado a flutuar em cima do continente africano. Contudo, não quer dizer que não existem ideologias que quebram essas paradigmas, existem sim, principalmente na construção da nova África com conceitos matriarcados. Porém não podemos deixar de discutir os assuntos que vão desconstruir quaisquer que sejam os estereótipos e paradigmas postos nas sociedades africanas por parte dos colonizadores.

Existem várias discussões sobre a construção da nova África, no sentido de que vários pesquisadores, autores estão no processo de desconstrução de paradigmas e estereótipos postados sobre África. por isso que esse trabalho vai ser um de muitas questões discutidas sobre participação da mulher africana, principalmente as bissau-guineenses no desenvolvimento do continente. Tudo isso é porque existem ideologias inventadas por colonizadores sobre mulheres africanas, e não podemos ficar de braços cruzados sem participar nessa discussão.

O ponto de partida de todas as discussões e da subalternização das mulheres tem sua raiz no processo colonial. Entendemos que todos estereótipos criados contra as mulheres são invenções coloniais que até hoje é herdado pelos africanos sem dar de conta que é uma ideologia de inferiorização a eles mesmos. Note-se que as resistências africanas tiveram um papel marcante no sentido de lutar para sobrevivência e liberdade das mulheres e homens africanos contra os “invasores colonialistas”, como acima destacado um dos pontos sobre o papel preponderante das mulheres nessa luta histórica. Com isso, levamos a concordar meramente com a discussão que Nah Dove (1998), mostrou fatos real do papel das mulheres africanas desde antiguidade.

(...) desde a antiguidade, como líderes espirituais, militares e políticas, os papéis das mulheres têm sido fundamentais no esforço para assumir o controle de terras, recursos e energias da ocupação estrangeira. Não surpreendentemente, alguns estudiosos têm trazido esta isto à luz. As primeiras evidências do papel da mulher na defesa da África saem da história etíope das Candaces, que eram mulheres governantes. Após a conquista grega de Kemet, os romanos haviam tomado o controle em 30 a.C. Sua tentativa de dominar Cush (Etiópia) falhou como resultado das habilidades militares e políticas das Candaces (possivelmente Amanirenas). Na verdade, nem os gregos, nem os romanos conseguiram conquistar Cush). Estas guerreiras levantaram-se continuamente a partir da pré-escravização à pós-escravização por séculos, até hoje, no Continente (...). (DOVE, 1998, p. 18).

Mesmo assim ainda se denotam fracas obras que vão mostrar estes fatos, uns por invenções e distribuições das histórias falsas, outros por mentalidades ocidentais dos africanos. Muito embora existam alguns escritores africanos que estão nesse caminho de desconstruções de paradigmas e estereótipos construídos por colonizadores sobre mulheres africanas.

Para (DOVE 1998) existem várias histórias de governação das mulheres africanas, pois a maioria nunca foi contada. A bravura dessas mulheres tem alimentado na gênese dos movimentos Pan-africanistas e nacionalistas negros, reconhecida ou não. Com isso, o resultado do patriarcado ocidental, os homens foram vistos e promovidos como as principais representações, enquanto as mulheres receberam menos reconhecimento ou crédito. A autora ainda salienta que as mulheres como mães têm desempenhado o papel mais crítico nos movimentos de resistência até no desenvolvimento do país. Elas lutaram como mães e esposas para que na história da resistência que meninas e meninos aprenderão de seus papéis potenciais como guerreiros na luta africana e da centralidade da família e dos pais para a mudança sociedade africana.

De um ponto de vista social, não podemos negar que existem sociedades africanas que submetem a um poder matriarcal e como sistema matrilinear. Nah Dove (1998) alega que nas configurações e dinâmicas de outras sociedades africanas, tinham um olhar voltado para a posição de que existem mulheres que ocupavam no cargo mais alto da política e nas relações de gênero. Para além das grandes e mais conhecidas figuras de "rainhas" africanas que se apresentam em diferentes períodos históricos da África, como Cleópatra, Hatshepsut, Rainha de Sabá, Rainha Nzinga, e a Rainha Okinka Pampa, pesquisas mais recentes sociais apontam para diversas e complexas configurações de poder político nas sociedades africanas sobre as mulheres africanas como submissas. Será que em toda essa indagação acreditaria nessa pesquisa?

E no caso da Guiné-Bissau, ouvia-se história da rainha Okinka Pampa na resistência do arquipélago dos bijagós contra os colonizadores portugueses na era colonial. A rainha governava todo o arquipélago garantindo segurança do território como mãe e soberana da tabanca (aldeia). Das histórias que contava o meu avô:

“Okinka Pampa é rainha dos povos Bijagós, ela vivia na ilha de Orango Garande, secção de região de Bolama Bijagós, no antigo capital chamada, Angagumé, “aldeia” onde ela foi humildemente para casar com o rei, pois não fazia parte da classe dos nobres, ou seja, ela não é do sangue real (não veio desta linhagem). Porque ela tinha nascido numa outra secção de nome Uno e foi deixada num sexto de palha onde foi deixada num rio que dá acesso a uma tabanca de Orango. Passou toda a sua adolescência e juventude nessa Tabanca até no dia do seu casamento. No decorrer do casamento decidiu assumir o trono por falta de postura do marido. Rainha era rígida, corajosa, poderosa em

tudo que ela fazia, tomava qualquer que seja decisão da “aldeia”, tudo na base de organizar, orientar e defender o seu povo principalmente contra dominação colonial, ela conseguiu proteger todo arquipélago dos bijagós contra a colonização e mantia o “sistema matriarcal” até depois da sua morte. Mas sempre dizia que nunca deixaria de governar ou proteger o seu povo contra qualquer que seja problema ou perigo contra eles. Com isso a sua imagem estará na costa de um dos mariscos do arquipélago, e depois da sua morte a profecia se cumpriu onde a sua imagem apareceu na costa dos caranguejos habitados no arquipélago. Durante o seu mandato, a rainha governava com tanta régides que até a população apanhava a consequência da sua fúria onde uma das suas decisões que marcou na memória de todo o povo bijagó. Que havia um KABARÒ (jovem) caçador da aldeia, que um dia ele matou um pássaro de nome KINANCOI e a rainha ficou sabendo disso. Ordenou que o KABARÒ tinha que morrer porque esse pássaro tinha o nome do seu irmão, como o jovem tinha cozido o pássaro ao lume é assim que ele deveria ser feito. Das memórias do povo bijagó sobre o empoderamento da Okinka, eram muitas, como ações poderosas onde umas delas era andar em cima do mar para o encontro com navios dos portugueses. Ela decepava as cabeças dos brancos que pesava os seus pés nas áreas do arquipélago, não aceitava qualquer que seja ordem ou leis vindas por parte dos colonos. ”

Mesmo tendo todas essas resistências, não só por rainha Okinka Pampa, mas sim, por todas as rainhas acima citadas, havia não reconhecimento por parte dos colonizadores e dos homens do mesmo país que elas. Este não reconhecimento fazia-as sentir mais forte na luta pelo reconhecimento e direitos de igualdade. Por isso que o conceito matriarcado foi criado no processo de poder explicar melhor onde se podemos encaixar o papel da mulher no continente africano.

O conceito de matriarcado é projetado sobre as interpretações de alguns dos sistemas políticos africanos ao longo do século XX nas análises dos antropólogos coloniais. Estes observaram algumas situações onde a autoridade política feminina era aparente e logo classificaram a partir das lentes teóricas que possuíam, vendo um sistema ou regime do matriarcado sobre as formas de organização políticas africanas em que a mulher tinha um espaço de participação que era aparente. Assim, ao mesmo tempo em que simplificavam a observação empírica dos grupos africanos através da classificação rápida em um conceito predeterminado também justificavam cientificamente a exploração e missão civilizadora dos europeus no continente africano pela sua classificação em sociedades matriarcais, logo, primitivas e necessariamente passíveis de sua missão civilizadora. Assim, essa visão sobre a autoridade política africana feminina está contida dentro da corrente historiográfica da “Inferioridade Africana” (SCHOLL, 2016, p. 1093-1094).

Na tentativa de elaborar essas e as demais ideologias implementadas na sociedade africana, a comunidade feminina como é a mais massacrada da história, iniciou a luta da resistência de deixar firme a sociedade ou de serem forte para enfrentar qualquer que seja problema que pode vir afetá-las. Com isso a sociedade feminina africana agarrou a questão de gênero como um ponto de partida para sua luta, Patrícia Gomes Godinho (2015), afirmou que a categoria de gênero era um dos primeiros estudos feitos pelas mulheres para servir como

suporte da indicação a construção social das diferenças e das desigualdades caracterizadas das sociedades humanas.

De acordo com (HAVIK, 2002), gênero é um conceito que dá aos homens e mulheres direito iguais e que cada um cumprindo com os seus deveres na sociedade onde vivem, também é um conceito ligado à responsabilidade de assegurar, respeitar, proteger e cumprir os princípios universais dos direitos humanos. Então não podemos pegar os paradigmas e estereótipos dos colonizadores dizendo que as mulheres africanas são incapazes de participar em processos de decisão da sua sociedade.

Nesse processo de luta pela visibilidade por parte das mulheres africanas, denota-se que o gênero é um fator primordial no processo de resistência, luta pela liberdade e de limpar os falsos paradigmas e estereótipos que abala o continente. Com toda essa luta, só nesse último século que a questão de gênero vem sendo discutido com predominância entre os países que não tiveram essa questão como agenda de debate.

(...), foi significativo o debate africano sobre temas de gênero que, a partir dos anos 1980 do século XX, tem vindo a questionar, sistematicamente, a aplicabilidade e a eficácia de alguns conceitos universalmente utilizados no mundo acadêmico, fundamentalmente de matriz ocidental, para explicar as realidades históricas e socioculturais de África. Isto é, as categorias historicamente apresentadas e assumidas como sendo as de definição, tenderam a operar numa base dicotômica, evidenciando a dualidade “homem-mulher”, em que tendencialmente o masculino se assumiu como superior. Essas interpretações, particularmente alheias a muitas culturas africanas, conduziram essencialmente a uma visão distorcida e ofuscada das realidades estudadas (...) (GODINHO, 2015, p. 170).

O conceito de gênero deu um olhar amplo na resistência pela África onde as mulheres africanas conseguiram travar as lutas contra a opressão europeia, sabendo que é preciso estar ciente da reciprocidade nas relações de poder entre o sexo feminino e o sexo masculino africano antes de levantar qualquer que seja o discurso.

Perante o fato da fraca participação das mulheres na política e no poder, nas organizações da sociedade civil, nacionais e internacionais. Está por detrás das experiências e das histórias de vida contadas por mais velho e sem contar que muitas das respostas a esta situação estão na educação familiar e na escola, espaços das primeiras interações das crianças e dos/as jovens. Como afirmaram os autores (BARROS; SEMEDO, 2013, p.23).

(...) Esses lugares são de excelência da construção de mentalidades e estruturação de atitudes, quer através da imitação dos colegas ou dos adultos que se consideram modelos a serem copiados, quer por meio daquilo que é transmitido pelos professores e pelas professoras e dos manuais escolares: estereótipos, adjetivações, desqualificações que por vezes provocam a baixa autoestima e funcionam como fator de desencorajamento na tomada de

decisão de participar na política e de lutar para atingir os mais altos patamares da política.

Podemos dizer que até agora não há verdadeira questão que dá autoridade política feminina na África um avante sobre a sua participação no desenvolvimento do continente. Mas também não podemos negar que existem diversos olhares que são postos sobre o fato de que as mulheres eram donas de títulos políticos e estavam inseridas nos mais altos níveis da ordem política de algumas antigas sociedades africanas. Por isso, diversos paradigmas e conceitos são construídos sobre essa questão em diferentes momentos da produção das ciências sociais sobre a África.

Nessa panorama, achamos que um dia essa discussão chegará no mais alto nível no sentido de colocar as pontuações nos respectivos lugares, onde não haverá destruições das histórias de qualquer sociedades principalmente das mulheres africanas. Ainda acreditamos que as mulheres serão também reconhecidas não pelo fato de contribuírem nos processos de desenvolvimento mas sim pelo fato de serem mães.

## TRADIÇÕES CULTURAIS, MULHERISMO E A LUTA PELA AFIRMAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES GUINEENSES

Ressaltaremos nesta sessão, a contribuição das mulheres bissau-guineenses no processo de luta da libertação nacional, demonstrando o apoio físico e moral delas em comprimento das suas funções como combatentes e ex-combatentes do país. Isso porque muitas delas fizeram parte do grande partido do país PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo verde), onde agarraram firmemente na questão de gênero e equidade social.

As mulheres bissau-guineenses foram coadjuvantes na engenharia da luta de libertação, além de constituírem suportes principais na manutenção das bases de luta, elas também participaram das guerrilhas e no teatro das operações de luta, através da criação de grupo de milícia feminina. Em outras palavras, as mulheres tornaram necessária a política de organização do PAIGC para o desenvolvimento da luta de libertação nacional (...)Para

Carmem Pereira, uma das mulheres combatentes mais ativa e de maior destaque no processo de luta de libertação, comissária política na frente sul, a participação feminina foi imprescindível no desenvolvimento da luta de libertação; no entanto, atingiu seu nível máximo depois do Congresso de Cassacá, cuja resolução abrangia a proteção das mulheres, equiparando os direitos de igualdade com os homens, tanto na família quanto no trabalho e nas atividades políticas, cessando todas as formas de abusos e opressões antes existentes (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.201-202).

A partir dessa participação delas nesse processo de luta de libertação nacional, deu para notar que surgiu uma nova mentalidade cultural que era incluída na prática política na base

de resgatar as culturas endógenas, para colocá-las nos interesses coletivos acima das vontades individuais no meio do movimento de libertação do país.

Na visão de Odete Costa Semedo (2013; 2016), a história e trajetória de Carmem Pereira na luta de libertação nacional eram ímpares porque, entre as grandes mulheres que participaram, ela era a única que foi ao encontro da luta. No intitulado “os meus três amores” nota-se que ela não lutou só pela libertação do país, mas sim pelos seus filhos e marido. A autora ainda nos lembra de que Carmem Pereira foi a primeira mulher africana presidente da República, pois, ela era presidente da Assembleia Nacional Popular, no período de transição na abertura política de 1984, e nesse mandato assumiu como presidenta interina por três dias, quando uma nova constituição foi introduzida.

Segundo (GODINHO, 2015), atenta-se que em todas as frentes de luta da libertação estavam as combatentes em comprimento de defesa contra o jugo colonial, numa época onde alfabetização das mulheres bissau-guineense era tabu. Mas as que tinham ensinavam as outras, assim sucessivamente, conseguiram tomar parte no congresso de Cassacá, onde atribuíram um ponto de ordem, a igualdade entre homens e mulheres na luta pela independência. E através desse congresso que surgiu a União Democrática das Mulheres de Guiné-Bissau (UDEMU), dirigida por Carmem Pereira cujo objetivo era estabelecer contatos com mulheres internacionais no processo de fortalecer a união e a luta para emancipação social, econômica, cultural e política.

Primeira metade dos anos 1980, foi reconstituída a organização feminina guineense, dezesseis anos após o seu desaparecimento. No I Congresso da União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau-UDEMU, em 1982, foram produzidos alguns documentos/relatórios, apresentados pelas delegadas ao Congresso, cujos temas e conteúdo são particularmente pertinentes para o conhecimento da história das mulheres guineenses, vista por guineenses. Nesta ótica, os temas eram a situação das mulheres no contexto colonial; a condição feminina nas sociedades tradicionais; as relações de gênero, em particular com as autoridades políticas e religiosas; a posição das mulheres nas estruturas sociais; a organização das zonas libertadas e a criação das bases das estruturas do novo Estado; o processo de emancipação (GODINHO, 2015, p.179).

Esse encontro foi o primeiro de muitos congressos democráticos das mulheres bissau-guineenses, porque até hoje elas estão na busca para encontrar o caminho viável que vão lhes permitir melhor discussão sobre questão de gênero dentro das sociedades guineenses. Certamente que um dia esse caminho será encontrado, para que a equidade social, igualdade de gênero tenham um equilíbrio na sociedade. Muito embora, ainda não se vê esse equilíbrio, mas temos fé que um dia acontecerá, porque já tem vários livros, revistas, que discutem sobre esta questão a ser debatido.

Assim Duarte Baticã (2015), vai se debruçar sobre a questão de gênero e sua fraca presença nos debates. Para o autor, gênero é um dos poucos temas discutidos na sociedade guineense onde podemos encontrar fatos evidente da desigualdade elaborada entre os homens e as mulheres, meninas e rapazes, determinada no contexto sociocultural e económico, porque é influenciado pela sociedade política específicas dos colonizadores, que colocam as mulheres em situação de desvantagem, no processo de desenvolvimento e na esfera de tomada de decisão na sociedade guineense.

Mesmo antes de conhecerem a definição do gênero, as mulheres bissau-guineense tinham políticas que afirmava direitos da igualdade de gênero e equidade social nas sociedades que as compõem. Perante a visão empírica, denotam-se que algumas etnias usavam o gênero e equidade social como um fator primordial das suas sociedades.

A sociedade mulherista da etnia bijagó baseia-se no conceito mulherismo africano, criado pelas afrocêntricas para se definirem de acordo com as suas realidades. Segundo (DOVE 1998) afirma que mulherismo africana traz à tona o papel das mães africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios maáticos de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, verdade, justiça, ordem nas aldeias onde vivem.

Nesse discurso de luta e de não luta na sociedade bissau-guineense que nos faz trazer a questão de gênero para colocar como um ponto de partida da nossa discussão, pois não podemos discutir direitos ou deveres de homens e mulheres sem conhecer o conceito de gênero. No contexto de não discussão de gênero no país, que nos leva a dissertar a sociedade bijagó, porque se levamos em conta a discussão sobre o gênero em África, ganhou vivacidade e destaque nos últimos 20 anos, isto é, em comparação com a época contemporânea, e em relação à Guiné-Bissau ainda é menos discutida principalmente nas regiões com uma distância enorme de capital, por exemplo, na região de Bolama Bijagós onde habitam predominantemente etnias bijagós mais especificamente no arquipélago.

Os povos bijagós tinham isso como um ato ritual herdados pelos seus ancestrais, não usavam os conceitos de gênero e mulherista como uma coisa de superioridade, ou até porque não conheciam os conceitos, mas a pregavam como usos e costumes da etnia. E também na proteção do território.

Segundo (BENZINHO; ROSA, 2015), o *Orango* tem a particularidade de ser regida pelas mulheres. Mesmo quando as tabancas têm um Chefe, são as descendentes da Rainha *Kanyimpa* (Codinome de Okimka Pampa em Bijagó) que exercem o poder real. As suas decisões são inquestionáveis e inegáveis. Aqui se vive num regime matrilinear em que as



mulheres exercem o poder, são as proprietárias das terras, das casas e das colheitas, escolhem os namorados e maridos, tomam a iniciativa de divórcio e ficam invariavelmente com a guarda dos filhos.

A partir da compreensão de que os bijagós são matrilineares, uma série de afirmações são feitas a respeito da mulher bijagó e do papel que esta exerceria na sociedade nas ilhas. A construção deste discurso é fundamental para compreender a busca de uma definição sobre o matriarcado, que os portugueses inverteram as definições porque para eles o povo bijagó era bárbaro.

Para (MENDY, 2009), na historiografia oficial, os portugueses chamavam os bijagós de selvagens, indígenas ou gentios por não submeterem preceitos colônias de conversão religiosa durante o processo de dominação do território bijagó. Sendo assim, gostaríamos de relembrar a história da destacada guerreira rainha Okinka Pampa, com sua ousadia e coragem de não admitir entrada dos portugueses dentro da ilha onde reinava, resistiu duramente à invasão colonial. Depois da sua morte, os bijagós continuaram com a resistência seguindo a sua ideologia. Na realidade, o sucesso de resistência dos bijagós era notável, o fato de os portugueses deterem de técnicas sofisticadas, demoraram nas conquistas militar ou melhor nunca conseguiram a total conquista.

As realidades das resistências da dominação colonial portuguesa foram um aspecto merecedor da rica tradição de resistência dos guineenses no projeto da luta armada. (MENDY 2009), afirma que nessa longa tradição de resistência com os portugueses, não só apoiou a declaração da independência em 1973, mas também contribuiu meramente na queda de ditadura fascista em Portugal, em 1974, a independência de Cabo Verde em 1975, e o desmantelamento colonial português.

Ainda no que concerne a participações femininas no processo de resistências, ressaltam que as mulheres foram deixadas na sombra da história. A dedicação, esforço, coragem e firmeza são a ênfase dada pela sociedade à afirmação da história das mentalidades mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, para fazê-las sair dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. Donde viemos? Para onde vamos?

Certamente que a sociedade feminina estão ciente das sua colocação perante a sociedade machista, por isso que até hoje estão na luta pela desigualdade e discriminação acima de tudo resistindo os maus tratos. Nessa endagação que esse projeto vai mastrar atos das mulheres, não apenas no campo político ou de resistencia, mas sim em tudo onde elas fazem parte em detrimento das suas funções, mesmo sendo em caso familiar.

## **METODOLOGIA**

Nessa pesquisa, pretendemos trabalhar com métodos que permitem mais compreensões a respeito de tema acima referido. Por isso, escolhemos o método da pesquisa qualitativo, de caráter exploratório. Entendemos que tem umas estratégias de investigação que poderia ajudar nos concentrar no contexto da justiça social, com métodos de coleta de dados (a partir do questionário elaborado) e análise do mesmo.

Tendo em conta a sua importância, o proveito que podemos tirar e por não podemos evitar explorar matérias que já foram elaborados, a nossa pesquisa vai ser essencialmente bibliográfica, nesse caso temos como fontes livros, artigos e narrativas orais.

Foi através dessa narrativa oral que fomos trazer toda a história da Okinka Pampa e pretendemos trazer ainda muito mais continuando com esse mesmo método. Toda a história que trazemos da Pampa foi contado pelo meu avô e acreditamos que foi da mesma forma que ele foi contado tudo o que me foi narrado.

Desde já que relatamos fontes históricas, isso é porque a nossa pesquisa está virada completamente no aspecto teórico, ou seja, o método histórico que para Marconi e Lakatos esse tipo de método parte

[...] do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função. Assim o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Seu estudo, para uma melhor compreensão do papel que atualmente desempenham na sociedade, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 88-89).

Dessa maneira, queremos trazer as histórias de Pampa como um pilar da nossa discussão acerca das mulheres e questionar esse atual estágio de discussão que de certo ponto não reconhece as participações delas, mesmo sabendo que a nossa sociedade é tradicional e histórica.

Apesar do caráter exploratório que a nossa pesquisa vai ter, entendemos também que podemos trazer outro tipo de classificação da pesquisa para estender um pouco o nosso trabalho. Como a história da rainha Okinka Pampa não é muito conhecida, queremos trazê-la para explicar o público o quanto a sua resistência contra os colonizadores foi importante. E não só, precisamos também explicar como é que os desempenhos das mulheres guineenses foram

determinantes na luta de libertação nacional. Podemos enquadrar essa pesquisa na seguinte classificação, pesquisa explicativa que segundo Gil (2002, p. 42).

Essas pesquisas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

Embora a entrevista não seja o único meio necessário para realização da nossa pesquisa, ou seja, não tem nenhum vínculo que nos obriga a fazer entrevista por optamos um método qualitativo para a nossa pesquisa, podíamos optar por escolher outro método para coleta de dados. Mas queremos ter dados que seriam difíceis de serem alcançados apenas com a pesquisa bibliográfica e a observação. Por isso, pretendemos fazer a entrevista para resgatar aquelas informações ou dados que só podem ter através da entrevista.

Nesse aspecto, as entrevistas vão nos permitir ter mais dados coletados para captação das ideias ou visões que as mulheres têm sobre o lugar em que estão postas na sociedade e qual o meio necessário que podem ser usados para que os seus trabalhos possam ser reconhecidos. De uma forma subjetiva, daremos fala às entrevistadas para que elas possam opinar sobre a sociedade machista que cada vez mais está a tentar diminuir os espaços conquistadas pelas mulheres. Ainda na entrevista, vamos tentar saber como é que as mulheres sentem com as suas companheiras que já deram sangue pelo país juntos com os homens na luta contra o colonialismo e daquelas que hoje estão lutando para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Sendo isso, pretendemos adotar duas técnicas de pesquisa, primeiro como o assunto que estamos a tratar é de interesse de toda classe mulherista que não deixam de lutar para mostrar que merecem ser respeitadas pela sociedade, se bem que em vários momentos elas são protagonistas das ações que põem em funcionamento os desempenhos das suas famílias. Para esse fim pretendemos trabalhar com uma organização das mulheres que lutam para mostrar a importância da mulher na família e na sociedade.

Por tanto, a técnica de entrevista que vai enquadrar para esse trabalho seria a entrevista com grupos focais que segundo Boni e Quaresma (2005, p. 73), “é uma técnica de coleta de dados cujo objetivo principal é estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum, ela se apresenta como um debate aberto sobre um tema.”

Também vamos adotar uma técnica de entrevista para dar fala àquelas mulheres que não estão em nenhuma organização que defendem os direitos das mulheres, mas que não deixaram de lutar com os seus meios próprios para obter o mesmo fim. Como queremos explorar muitas coisas que as mulheres têm como plano de inverter a situação em que se encontram, através delas queremos obter a maior número de informações possíveis para ajudar na divulgação e no

combate ao desmerecimento que as mulheres estão sofrendo. Então, adotaremos também a técnica de entrevista aberta.

A técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante. (BONI e QUARESMA, 2005, p. 74).

Em cumprimento de todas as técnicas, achamos que o nosso projeto vai contribuir meramente no processo de desconstrução de paradigma e estereótipos constatados sobre sociedade feminina da África principalmente da bissau-guineense. Também vamos trazer histórias e ações delas no processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Miguel de; SEMEDO, Odete Costa. **Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação política com base no gênero**. 1. ed. Bissau: UNIOGBIS. 2012.

BATICÃ, Hélder Duarte. Manual de igualdade equidade de gênero. **Programa de formação avançada para ANEs**. Bissau: UE-PAANE. pp. 1-41, novembro de 2015.

BENZINHO, Joana; ROSA, Marta. À descoberta da Guiné-Bissau. **Guia turístico**. Coimbra: Ediliber. pp. 4-150, 2015.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sócias. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política**, Florianópolis. v. 2, nº 1, p. 68-80, 2005.

CÉSSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá Da Costa, 1978.

DOVE, Nha. Mulherisma africana: Uma teoria afrocêntrica. **Jornal de estudos negros**. Pensilvania, v. 28, n. 5. pp. 515-539, maio de 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Patrícia Godinho. A mulher guineense como sujeito e objecto do debate histórico contemporâneo: excertos da história de vida de Teodora Inácia Gomes. In: **África Development**, v. XLI, n. 3. pp. 71-95, 2015.

HAVIK, P. J. A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau séculos XVII e XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 27, pp. 79-120, 2002.

MENDY, P. K. **Colonialismo em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau**. 9. ed. Bissau: Instituto Nacional de Pesquisa, (Kacu Martel, 9).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ODILA, A. C. M. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado nacional conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013. 289 f. Tese (Doutorada em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SCHOLL, Camille Johann. A questão da autoridade política feminina na África: uma revisão historiográfica. In: **Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas**. Porto Alegre. pp.1092-1102, 2016.

\_\_\_\_\_. **Matriarcado e África: a produção de um discurso por intelectuais africanos – cheikh anta diop e ifi amadiume**. 2016. 54 f. Monografia (Graduado em história) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

\_\_\_\_\_. **O enigma Bijagó: saberes colônias em disputa no centro de estudos da Guiné Portuguesa (1946-1967)**. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em História da Pontifícia) Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FARRAR, Tarikhu. The queenmother, matriarchy, and the question of female political authority. In: **Precolonial West African Monarchy**. Journal of Black Studies v. 27, n.5. May, 1997.

SEMEDO, Odete Costa . **Os meus três amores: o diário de Carmen Maria de Araújo Pereira uma visão de Odete Costa Semedo**. Bissau: Instituto Nacional de Pesquisa, 2013/2019. (Coleção Kebur II, Série Palavras de Mulher n.1).

HOUNTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, pp. 149-160 – 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/699>>. Acesso em: 29 de mar 2018.